

**AQUISIÇÃO DE:**

- *LIVRO DE RECLAMAÇÕES*
- *AVISOS AVULSO*

nº _____ SM

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra

(nome do requerente) _____ ,
com morada na (Rua/Avª) _____

(nº/lote) _____, (andar) _____, (localidade) _____, (cód. postal) _____-_____, Freguesia de _____, com o telefone / telemóvel nº _____, fax nº _____, e-mail _____
nascido em ____/____/____, portador do Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão / Passaporte nº _____ emitido em _____ válido até ____/____/____, contribuinte nº _____, vem na qualidade de _____

_____ pelo presente proceder à aquisição de:

☐ Livro de Reclamações ☐ Aviso Avulso,

previsto do Decreto Lei nº 156/2005 de 15 de Setembro com as alterações vigentes, para o estabelecimento (*designação do estabelecimento 1*) _____

com o nº de contribuinte _____ CAE _____

sito com morada na (Rua/Avª) _____
(nº/lote) _____, (andar) _____, (localidade) _____,
(cód. postal) _____-_____, Freguesia de _____

Pede Deferimento,

Sintra, ____ de _____ de 20 ____

O Requerente,

.....

IMP.PS.01.084.02

O Funcionário (*assinatura legível*):

Categoria :

O subscritor, sob compromisso de honra e estando consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente documento correspondem à verdade.

	RECIBO DE ENTREGA DE REQUERIMENTO	REGº SM _____
	ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE LIVRO DE RECLAMAÇÕES	
	Assinatura do Funcionário: _____	
Categoria : _____		Data : ____/____/____

Gabinete de Apoio ao Município - Rua Dr. Alfredo Costa, nº 1 - 2710 SINTRA
Telefone: 21 923 85 50 Fax: 21 923 8551 e-mail: municipe@cm-sintra.pt

Instruções**Juntar:**

- ☐ Exibir Bilhete de Identidade / Passaporte e Cartão de contribuinte ou Cartão do Cidadão
- ☐ Exibir NIPC;
- ☐ Juntar cópia de Título que legitime o funcionamento do estabelecimento

Notas:

1 A designação do estabelecimento não se reporta à sede do estabelecimento, nos casos em que a empresa detenha vários estabelecimentos com a mesma designação, mas, ao estabelecimento que efetivamente está em causa e onde se vai disponibilizar ao público de reclamações

- Na qualidade de **mandatário** deve juntar procuração;
- Os presentes dados irão ser objeto de tratamento informático, tendo o requerente direito de informação nos termos do nº1 e 2 do Artº 10º da Lei 67/98 de 26 de Outubro de 1998, a qual transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados - Lei da Proteção de Dados Pessoais.

Direito à Informação

- Responsável pelo tratamento → Presidente da Câmara
- Finalidades de tratamento → Tratamento informático do processo do requerente e sua inserção na Base de Dados respetiva
- Destinatários ou categorias de destinatários dos dados → Serviços municipais interventores no processo.
- As respostas aos dados integrantes no formulário são obrigatórias sob pena de indeferimento do pedido.
- Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo requerente até despacho por parte do decisor político. Após esse momento qualquer alteração implica apresentação de novo pedido.